

# PEV distribui tubos de areia nas praias de Carcavelos e Caxias

28 de Julho, 2016

Esta quinta-feira, o partido ecologista "Os Verdes" (PEV) irá distribuir pequenos tubos com areia à população de Caxias e Carcavelos, em Oeiras e Cascais. Segundo o Público, a acção, que irá decorrer durante toda a manhã, pretende funcionar como um alerta para os perigos das construções imobiliárias planeadas pelas autarquias. De acordo com o partido, as intervenções colocam em risco as zonas para onde estão previstos os projetos.

"Distribuámos o tubo de ensaio para alertar as pessoas que, caso não lutem, daqui a algum tempo só restará a areia que está no tubo", explica Paula Costa, d'"Os Verdes" de Cascais, em declarações ao diário.

Em causa estão projecos como o Porto Cruz, da empresa Silcoge, do grupo imobiliário SIL, que abrange uma área de 27,6 hectares e prevê a construção de oito edifícios, cinco outras torres e três de habitação, comércio e serviços na margem direita do rio Jamor, na Cruz Quebrada, concelho de Oeiras. O projecto avaliado em 50 milhões de euros está a ser objecto de fortes críticas dos moradores que criaram a associação Vamos Salvar o Jamor. A proposta foi aprovada pela câmara com os votos a favor do PSD, PS e IOMAF (Isaltino Oeiras Mais à Frente) e os votos contra da CDU.

Na lista de críticas soma-se ainda polémico Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos-Sul (PPERUCS), que prevê uma mega-urbanização para a Quinta dos Ingleses, bem como a construção, em Carcavelos, do edifício da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade Nova de Lisboa, actualmente situado em Campolide.

Também a criação de um troço de passeio marítimo, entre a Baía dos Golfinhos e a Praia da Cruz Quebrada não escapa às críticas. Neste caso, as obras procedem mesmo tendo sido suspensas pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra depois de ter sido colocada uma providência cautelar para travar os trabalhos. À data, Paulo Vistas, presidente da Câmara de Oeiras, defendeu que não existia justificação para a paragem de uma obra que, garante, "cumpre todos os trâmites legais e técnicos exigidos".